

**A. I. Nº** - 281508.0132/03-0  
**AUTUADO** - HIDRO SALVADOR HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA.  
**AUTUANTE** - DILSON OLIVEIRA DE ARAÚJO  
**ORIGEM** - IFMT-DAT/NORTE  
**INTERNET** - 01.12.03

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0469-02/03

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTA FISCAL. FALTA DE DESTAQUE DO IMPOSTO EM OPERAÇÃO TRIBUTADA. Infração caracterizada por restar comprovado que o estabelecimento na data da emissão dos documentos fiscais se encontrava inscrito no cadastro fazendário na condição de contribuinte “normal”. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 19/09/2003, no Posto Fiscal Ângelo Calmon de Sá, exige o ICMS no valor de R\$ 1.555,02 mais multa de 60%, referente a venda de mercadorias tributadas relacionadas nas notas fiscais nºs 2482, 2484 e 2481, emitidas em 18/09/2003, sem destaque do imposto, sob alegação de que a empresa estava enquadrada no SIMBAHIA, conforme INC – Informações do Contribuinte, e Termo de Apreensão e Ocorrências às fls. 05, 06 e 10.

Na defesa às fls. 23 e 24 o autuado alegou que desde o dia 01/05/2003 o estabelecimento na condição de empresa de pequeno porte se encontrava enquadrado no SIMBAHIA, conforme seu pedido de enquadramento protocolado na Infaz Bonocô em 28/04/2003 (doc. fl. 25). Ressalta que não há como ser alegado pelo autuante que a condição foi alterada posteriormente para o regime NORMAL, porque todos os DAE's a partir do mês de 05/2003 foram emitidos no sistema da SEFAZ na condição de SIMBAHIA (docs. fls. 26 a 30).

Na informação fiscal prestada pelo autuante (docs. fls. 35 a 37), o mesmo manteve a sua ação fiscal, fundamentado no argumento de que o documento constante à folha 10 do PAF, referente a consulta ao Sistema de Cadastro de Contribuintes da SEFAZ/BA, através do INC, extraído no dia 19/09/03 às 06:32 horas comprova que o estabelecimento se encontrava na condição NORMAL, e por se encontrar realizando operações com mercadorias tributadas estava obrigado a efetuar o destaque do ICMS.

Argumenta ainda que a alegação de que foi formulada opção pelo regime do SIMBAHIA em 28/04/2003 não elide a ação fiscal, pois o que ocorreu foi apenas a apresentação de requerimento no citado regime e não a sua concessão.

Quanto a comprovação através dos DAE's, a partir do mês de maio/03, no código 1844 – EMPRESA DE PEQUENO PORTE/SIMBAHIA – INSCRITO, o autuante salienta que os documentos de arrecadação são de livre acesso e preenchimento do contribuinte, e portanto os lançamentos e recolhimentos efetuados ficam sujeitos a homologação posterior, conforme está previsto no artigo 89 do RICMS/97.

## VOTO

Pelo que consta dos autos, o contribuinte foi autuado pela fiscalização de mercadorias em trânsito em razão de ter efetuado venda de mercadorias tributadas através das notas fiscais nºs 2482, 2484 e 2481, emitidas em 18/09/2003, sem destaque do imposto, na condição de contribuinte inscrito no SIMBAHIA, quando sua condição na data da autuação era pelo regime NORMAL, conforme consulta formulada no INC – Informações do Contribuinte no dia 19/09/2003, às 06:32 horas (doc. fl. 10).

Na defesa fiscal, o autuado apresentou cópia do DIC – Documento de Informação Cadastral solicitando alteração da forma de pagamento, bem como de DAE's relativos aos meses de maio a setembro de 2003 recolhidos na condição de SIMBAHIA, conforme documentos às fls. 25 a 30.

Portanto, a questão se resume exclusivamente se o contribuinte na data da autuação estava enquadrado no SIMBAHIA ou no regime NORMAL. Na análise do conteúdo constante na INC – Informações do Contribuinte, extraída do sistema no dia 19/09/2003, às 06:32 horas (doc. fl. 10), verifica-se que, por si só, tal documento seria suficiente para comprovar que na data da autuação o estabelecimento estava enquadrado na condição de contribuinte “normal”.

Contudo, considerando as alegações defensivas, torna-se necessário melhor esclarecer a questão. De acordo com o que consta no sistema de Informações da Administração Tributária – SIDAT, de 01/05/03 até 31/08/03 o contribuinte se encontrava na condição de empresa de pequeno porte inscrito no SIMBAHIA. A partir de 01/09/03 foi alterada a condição para “normal”, voltando novamente ao regime simplificado no dia 01/10/03. Logo, no período compreendido entre o dia 01/09 a 30/09/03 realmente o contribuinte estava submetido a tributação de suas operações pelo regime normal.

Por conseguinte, quanto ao DIC – Documento de Informação Cadastral (fl. 25) apresentado pelo autuado em sua defesa, observo que não serve como elemento de prova, pois não contém o despacho do Inspetor Fazendário, e o DAE à fl. 30, referente ao mês 09/03, o mesmo pode ser emitido por qualquer pessoa; não está autenticado; e especifica a receita de ICMS de empresa de pequeno porte incorretamente, haja vista, conforme comentado, que no mês de emissão dos documentos fiscais o estabelecimento se encontrava no regime normal.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **281508.0132/03-0**, lavrado contra **HIDRO SALVADOR HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 1.555,02**, acrescido da multa de 60%, prevista no artigo 42, II, “f” da Lei n.º 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de novembro de 2003.

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS BACELAR - RELATOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - JULGADOR